

ESTUDOS
EPISTEMOLÓGICOS
NO CAMPO DA PESQUISA EM
POLÍTICA EDUCACIONAL

Editora Executiva

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Aníta Helena Schlesener – UFPR/UTP

Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Profa. Dra. Maria Eugénia Montes Castanho – PUC / Campinas

Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof. Dr. César Tello – Universidad Nacional de Tres de Febrero

Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

César Tello
Maria de Lourdes Pinto de Almeida
(organizadores)

ESTUDOS
EPISTEMOLÓGICOS
NO CAMPO DA PESQUISA EM
POLÍTICA EDUCACIONAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional / César Tello, Maria de Lourdes Pinto de Almeida (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2013. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Bibliografia.

Vários autores.

ISBN 978-85-7591-269-0

1. Educação - Filosofia 2. Ensino superior 3. Pesquisa educacional 4. Política educacional I. Tello, César. II. Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. III. Série.

13-04877

CDD-370.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa em política educacional : Educação 370.7

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

maio/2013

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E
examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos
expressamente: Não aceiteis o que é de hábito como
coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de
confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de
humanidade desumanizada, nada deve parecer natural,
nada deve parecer impossível de mudar.*

Bertold Brecht

SUMÁRIO

Apresentação

CONSOLIDANDO O CAMPO DA INVESTIGAÇÃO EM POLÍTICA EDUCACIONAL.	9
Maria de Lourdes Pinto de Almeida e César Tello	

PARTE 1 – PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 1

A PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA DE GRAMSCI E A PESQUISA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.	27
Maria de Lourdes Pinto de Almeida e Sidney Reinaldo da Silva	

Capítulo 2

ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE INVESTIGAÇÃO EM POLÍTICAS EDUCATIVAS A PARTIR DA TEORIA MARXISTA.	55
Gisele Masson	

Capítulo 3

SUPERANDO LIMITES DISCIPLINARES E TERRITORIAIS: A RUPTURA EPISTEMOLÓGICA DE ROGER DALE NA PESQUISA EM POLÍTICA EDUCATIVA.	77
Xavier Bonal, Antoni Verger e Aina Tarabini	

Capítulo 4	
A PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA DE PIERRE BOURDIEU: AS APROPRIAÇÕES NO CAMPO ACADÊMICO DA EDUCAÇÃO NA ARGENTINA (1971-1989)	109
Nicolás José Isola e Hernán Mariano Amar	
PARTE II – PERSPECTIVA EPISTEMETODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCATIVAS	
Capítulo 5	
A ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS COMO EPISTEMETODOLOGIA: USOS NO BRASIL E CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.	143
Jefferson Mainardes e Luís Armando Gandin	
Capítulo 6	
APORTES DA CARTOGRAFIA SOCIAL PARA UMA EPISTEMETODOLOGIA DO VISUAL NA PESQUISA SOBRE POLÍTICA EDUCATIVA	169
César Tello e Jorge M. Gorostiaga	
Capítulo 7	
(DES)CONSTRUINDO CAMINHOS: PROPOSTAS PARA UMA ANÁLISE POLÍTICA DOS TEXTOS JURÍDICOS EDUCATIVOS	193
Renata Giovine e Juan Suásnabar	
Posfácio	
ESTUDOS EPISTEMOLÓGICOS NO CAMPO DA PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE PARA ALÉM DO MERCADORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	229
César Tello e Maria de Lourdes Pinto de Almeida	
SOBRE OS AUTORES.	243

Apresentação

CONSOLIDANDO O CAMPO DA
INVESTIGAÇÃO EM POLÍTICA EDUCACIONAL

Maria de Lourdes Pinto de Almeida
César Tello

... os próprios pesquisadores científicos, estes burgueses da ciência, estes honestos contribuintes para a construção da verdade, parecem (...) sentir cada vez mais vivamente a contradição entre o que eles fazem e o que eles são, veem-se divididos entre seu humanismo social e seu cientificismo profissional. Descobre uma alienação científica as avessas que não é a alienação do HOMO VULGARIS (homem comum) em face do mago da informática, mas, ao contrário, é a alienação do HOMO SCIENTIFICUS face ao mundo humano que ele contribuiu se não para destruí-lo pelo menos para mudá-lo, de tal modo que o que ele próprio é encontra-se posto em questão. (Moles 1996, p. 101)

O século XX proporcionou significativas e intensas mudanças a nível planetário unificando e distanciando o ser humano, impondo parâmetros universais jamais pensados e ao

mesmo tempo, na contradição, valorizando o individualismo, dentro da ótica e lógica do pensamento neoliberal, o mercado. Isso influenciou e contaminou também as políticas educacionais. Coube à educação estar a serviço do mercado, mudar o foco da formação geral, ampla, de desenvolvimento das potencialidades para a tarefa objetiva e direta de adestramento e adaptação oferecendo mão de obra humana que atenda aos interesses das empresas, gerando cada vez mais lucro, pois lucro é o que impulsiona o mercado capitalista.

Esta educação pautada em responder aos interesses do mercado é frágil, inconsistente e contraditória sendo superada a cada dia em conformidade com as mudanças mundiais e locais do próprio mercado. O Estado de cada país latino-americano é integrante de um continente que recebeu influências e interferências externas, onde as marcas dos antigos colonizadores permanecem fortes, num processo alternado de domínio, resistência e submissão. Cada país expropriado e sofrido do continente latino-americano vem tentando a seu modo, no seu tempo e nas condições possíveis impor mudanças sociais e buscando contemplar processos democráticos. Porém, as ideias e a força da dominação imposta pelos invasores persistem, ainda que de maneira confusa e nebulosa, nos diversos segmentos da coletividade.

O conhecimento apresenta-se como uma ferramenta de múltiplos usos políticos. Ele tem tanto o caráter político estratégico ou libertário e o de mercadoria no sentido de se fazer valer os interesses econômicos dos capitalistas. O poder emancipatório, em sua capacidade de incrementar o diálogo e as possibilidades de ação da coletividade, passaria pela ideia de que ao mesmo tempo em que a ciência deve romper com o senso comum no sentido de se desenvolver analítica e formalmente, ela deve retornar ao senso comum enquanto disponibilidade e

acessibilidade, ainda que seu registro formal deva ser traduzido para uma linguagem mais funcional.

O conhecimento produzido pela universidade diz-se público pelo fato de se engendrar dentro de instituição não privada. Contudo, dentro do novo *ethos* acadêmico, o conhecimento já em sua origem e destino tende a trazer a marca do interesse privado. Os interesses privados referem-se às forças do mercado, representadas pela demanda das empresas. Nesse sentido não se poderia falar de uma socialização do saber, mas de uma apropriação. A apropriação ocorre na medida em que o sistema de patentes e os convênios conferem a alguns grupos o direito exclusivo sobre os saberes produzidos na universidade pública.

Devemos lembrar, porém, que a apropriação do conhecimento científico não é um privilégio do novo *ethos* acadêmico. Por mais público que pareça o modelo merthoniano ou da ciência ‘*autônoma*’ os seus resultados gerais, ou seja, os interesses aos quais a academia atendeu sempre foram os de uma elite. O que caracteriza a nova forma de apropriação do conhecimento é a abertura ao mercado que redefine as relações entre os “*produtores*” do conhecimento e os seus “*consumidores*”. Dentro desse novo *ethos* acadêmico, os interesses comerciais tendem a agenciar a investigação científica. O grande debate ideológico atual gira em torno da legitimidade desse processo.

Vimos que a tendência à globalização da universidade obedece à lógica do capital em sua nova forma de imperialismo. Com a globalização, o capital recobra sua força e retoma as posições que havia perdido, impondo uma nova forma de espoliação que escapa aos controles nacionais. O Estado-Nação passou a ser um fronte de luta e controle do capital, capaz de lhe impor limites, principalmente enquanto o socialismo ainda despontava como uma ameaça ou virtualidade. Ainda que grande

parte da população de nações não tenha tido acesso aos benefícios públicos, o Estado manteve-se como esse espaço susceptível de ser ocupado por tendências capazes de ampliar a participação da população nos benefícios conquistados pela nossa civilização.

A globalização obedece à lógica do capital, que enquanto tal não respeita as necessidades e muito menos os direitos dos povos. Apenas as elites conectadas se privilegiam com as novas tendências da economia mundial. Populações inteiras são, muitas vezes, excluídas. Na América Latina, o desmonte do Estado-Nação é orquestrado de modo a acentuar ainda mais a dependência econômica e a desnacionalização das mais diversas riquezas, desde aquelas ligadas ao subsolo até as empresas estatais. O fim do Estado-nação significa, sobretudo uma transferência de patrimônio ao capital internacional. Ao se globalizar, ou ao ser privatizado o conhecimento científico deixa de ser um patrimônio científico e cultural no sentido de ser um espaço em que a América Latina com suas contradições poderiam expressar sua identidade e defender seus interesses coletivos, expressos na superação da desigualdade social e na emancipação econômica, política e cultural da maioria de seus habitantes. Com isso, a maior parte da população latino-americana fica cada vez mais expropriada, empobrecida, e incapaz de reagir ao imperialismo expresso na globalização.

Dito isto, é necessário considerar que este livro intenta interpelar os modos de produção de conhecimento em política educativa. De onde se produz o conhecimento? E Para quem?

Assim chegamos a um debate onto-epistemológico, isto é, de sentido e de finalidade (ontologias) e de construção (epistemologias) para alcançar um determinado fim. Com isto decidimos as pesquisas em política educativa não são neutras e assim se apresentam como é o campo dos estudos epistemológicos em política educativa, que se cristaliza no enfoque das epistemologias da Política Educativa (EEPE).

Este enfoque não deve assumir-se como um instrumento prescritivo para “saber” como se deve fazer pesquisa em política educacional, pelo contrário, é um esquema flexível que intenta promover, por meio de componentes, a refletividade sobre os processos de pesquisa do campo da política educacional, como dizíamos anteriormente.

O EEPE e as reflexões que surgem da tarefa da pesquisa em política educacional por um lado, fortalece o próprio campo, e por outro lado dão lugar ao surgimento do campo dos estudos epistemológicos em política educativa.

Temos desenvolvido esta categoria como o conjunto de três componentes: a posição epistemológica; a perspectiva epistemológica e a perspectiva epistemotodológicas. Considerando o EEPE como um modo de reflexão sobre a investigação no campo. Neste sentido é importante tomar a advertência de Vitar (2006, p. 26) quando afirma que “No debemos confundir los procesos políticos y sociales con las herramientas para pensarlos”.

Empregamos a categoria ‘Epistemologias’ no plural dado que existem diversos posicionamentos e perspectivas epistemológicas para desenvolver e levar a cabo uma investigação em política educativa, isto é: existem diversas epistemologias de política educativa.¹ Faremos esses esclarecimentos conceituais definindo brevemente cada um dos componentes que constituem o EEPE.

Entendemos por Perspectiva Epistemológica para o caso das investigações em política educativa como em que

1. No entanto, deve-se ter em conta que em a produção de conhecimento de cada pesquisador faria-se observar uma epistemologia coerente e sólida com a três componentes do EEPE. Com isto queremos dizer que a perspectiva pode ser, por exemplo o pluralismo epistemológico, no que convergir diversos olhares, mas deve ser a posição clara. Ver *Example* de Ball em Mainardes e Tello (2012).

na metodologia da pesquisa se denomina a Teoria Geral, no sentido de Glaser e Strauss (1967), o pesquisador assume uma cosmovisão para guiar a pesquisa. As perspectivas epistemológicas poderiam ser o marxismo, o neo-marxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, existencialismo, humanismo, positivismo e pluralismo. O posicionamento epistemológico se desprende desde a própria perspectiva epistemológica ou deveria desprender em uma pesquisa coerente e consistente. O posicionamento epistemológico, isto é, a Teoria Substantiva (Glaser e Strauss 1967) vinculada particularmente ao campo de estudos definirem as correntes teóricas “próprias”.² Isto é o eixo da categoria epistemológica da política educativa, dado que é aqui de onde se possui um jogo da presença da comoverão do pesquisador. Entendendo a cosmovisão como “un conjunto de presuposiciones (o premisas) que sostenemos acerca de la constitución básica de nuestro mundo” (Sire 2004, p. 17). Isto é, não são modos de ler a realidade, mas sim, modos de construí-la, em termos de refletividade epistemológica. Neste sentido o posicionamento epistemológico se converte no posicionamento político e ideológico do pesquisador. Podemos mencionar os posicionamentos neoinstitucionalistas, institucionalistas, clássico ou jurídico-legal, construtivismo político, da complexidade, ecleticismo, pós-moderno, pós-modernista, hiperglobalista, estético, neoliberal, enfoque transformador, funcionalista, crítico, crítico-radical, crítico-analítico, teóricos da resistência, crítico-reprodutivista, humanista, economicista etc. O posicionamento epistemológico repousa sobre a seleção que realiza o investigador enquanto a perspectiva epistemológica com a que desenvolverá o pesquisador. Estes posicionamentos epistemológicos são a adjetivação das perspectivas epistemológicas.

2. Colocamos em aspas o termo, porque como já vimos no domínio da política de educação é formada na presença de outros campos do conhecimento e saberes.

Uma questão que devemos destacar é que não temos incluído no Posicionamento Epistemológico nem nas Perspectivas Epistemológicas aquilo que denominamos “estudos sobre...”, isto é, estudos sobre gênero e políticas educativas, estudos sobre o discurso, estudos das instituições, estudos comparados em educação etc. Claramente estas não são perspectivas epistemológicas e nem trazem por si um posicionamento epistemológico. Existem estudos sobre gênero e políticas educativas que se realizam desde uma perspectiva pluralista, neomarxista ou positivista. Neste sentido não devemos confundir temáticas de estudos em política educativa com os posicionamentos epistemológicos ou perspectivas epistemológicas.³

O componente que temos denominado Enfoque Epistemometodológico, como qual nos referiu ao momento metodológico de onde o investigador opta por uma ou outra metodologia. Não consideramos os ‘enfoques metodológicos’ como meros instrumentos seja de recopilação, seja de análise da informação, mas como o “método dos logos”,⁴ isto é, o modo de pensar os logos. Por tal razão preferimos falar de epistemometodologia, categoria na qual confluem a apresentação de método e a posição epistemológica do pesquisador. Consideramos que um enfoque metodológico possui uma epistemologia, mas aos efeitos da distinção do seu uso comum, preferimos este último termo: epistemometodologia. Não o fazemos por uma

3. Isso não quer dizer que este tipo de estudo não foi desenvolvido ou não estão desenvolvendo metodologias analíticas próprias, mas não implicam a presença de uma perspectiva epistemológica e posicionamento epistemológico.

4. Compreendendo o método de logos na clássica declaração de Heráclito: “um é tudo”. Neste sentido, a metodologia é um componente lógico que não pode ser concebida de forma isolada porque constitui a epistemologia da pesquisa

questão de mera sofisticação dos conceitos, mas sim de precisão (confira Tello 2011). Devemos ter em conta que a metodologia se converte em uma epistemometodologia na medida em que está alinhada aos outros componentes: Perspectiva epistemológica e Posição Epistemológica. Por si só e, por exemplo, os efeitos de conhecimento são somente metodologias, com maior precisão conceitual podemos referir à metodologia. Técnicas que muitas vezes se ensinam erroneamente como epistemologias, e em outros casos, sem um sustento epistemológico. Bourdieu (2000, p. 62) é agudamente irônico a respeito desta predominância explicando que se tem tomado como uma “serie de recetas o de preceptos que hay que respetar no para conocer el objeto sino para ser reconocido como conocedor del objeto”. Tendo em conta esta advertência é necessário que a metodologia em termos de pesquisa se converta em constituindo um componente consistente na rede dos três componentes que configuram a EEPE.

Deste modo uma pesquisa em política educativa pode ser analisada tratando de identificar estes três componentes, os quais nos permitem, também, compreender a complexidade de uma pesquisa própria do campo, isto não encontrará somente em um dos componentes no tecido da investigação, mas sim em uma Perspectiva Epistemológica, em um Posicionamento Epistemológico e em um Enfoque Epistemometodológico, com maior ou menor coerência e consistência entre si.

Em síntese, a questão que apresentamos não é a pesquisa e a prevenção social que realizam as ciências humanas e sociais contendo ou não valores e ideologia, mas a necessidade de indagar quais são os valores que se encontram em cada processo e situação, qual é o papel e como poderiam e deveriam desde as diferentes visões da realidade fazer explícitas neste processo de pesquisa. Um princípio para se levar em conta é que não se pode eliminar a subjetividade e os valores da ciência e seus

usos técnicos, havendo uma mudança explícita para observar sua chegada aos resultados finais da atividade de pesquisa em política educativa. Com esta orientação, o pesquisador assume maior liberdade de eleição de um curso de ação ou de um método determinado, mas paralelamente, maior na responsabilidade (pessoal e profissional) pelas consequências de seu proceder e pelo seu valor social dos resultados de suas pesquisas. “¿Hasta qué punto ese conocimiento contribuye o no a la posibilidad de construir una sociedad más democrática y más equitativa?” (Lander 2000, p. 54).

Devemos considerar que não existe uma “cabeça vazia”⁵ em termos epistemológicos, mas sim “cabeças abertas”⁶ na busca de resultados de investigação.

Vários estudos revelam que não existe a “cabeça vazia” do pesquisador. Tem se empregado diversos modos metodológicos para nomear este tipo de estudo científico, como por exemplo: “pressupostos do investigador”, “antecipação de sentido” (Sirvent 1999), o que na perspectiva anglo-saxônica se pode encontrar como ideias orientadoras que ajudariam a guiar a investigação “*sensitizing concepts*” que permite segundo Herbert Blumer “una sensación general de referencia” (1954, p. 7) ou o desenvolvimento realizado por Bowen (2006) em *Grounded Theory and Sensitizing Concepts*, entre outros. O “planteamento latente” ou “juízos preditivos” (Zemmelman 1992), intuição (Orozco 2005), ideias prévias do investigador (Sabino 1996) e pressuposto teórico (Wainerman e Sautu 2001). Enfim, as

5. Usamos a categoria de “cabeça vazia”, como a posição de um investigador considerando-se a si mesmo como tábula rasa ao iniciar o seu processo de pesquisa.

6. A categoria de “cabeça aberta” é aquele que designa o pesquisador tem uma visão da realidade, mas está aberto nos resultados da pesquisa, está disposto a realidade não é como ele esperava que fosse em seus resultados de pesquisa.

categorias mencionadas não emergem de uma “cabeça vazia” pelo contrário possuem substrato e subsistência. A dificuldade se observa quando o investigador em políticas educacionais não pode nomear o que se está acontecendo enquanto perspectiva ou posicionamento epistemológico. E intenta construir uma investigação baseada na pseudoneutralidade.

Em um estudo recente (Tello e Mainardes 2012) tem observado que existe investigação com uma clara posição epistemológica do pesquisador a respeito à construção epistêmica da pesquisa em política educativa. Contudo temos observado que em muitas investigações em política educativa não se deixa claro “desde onde se investiga”.

O campo dos estudos epistemológicos em Política Educativa (CEPE) devemos considerá-lo em termos de estrutura teórico como campo de estudo, o que é diferente de um campo teórico. Entendendo o campo de estudo como um espaço teórico que possui uma finalidade teórica de análise.

No primeiro termo devemos assinalar que é um campo emergente, no entanto não teve uma quantidade suficiente de estudos que se situam dentro do campo. Têm-se desenvolvido algumas reflexões ou conjecturas teórico-conceituais sobre algumas das questões que propomos neste campo. Contudo, as mesmas não têm sido sistematizadas. Assim, se pode esgrimir que a CEPE é um campo emergente e na construção que com o impulso da ReLePe também se encontra em processo de sistematização. E vários investigadores latino-americanos na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México, têm começado a desenvolver pesquisa (ainda no início) nos diversos eixos que se tem proposto para conformar o campo. Os eixos que consideramos estabelecem e constituem no campo são:

1. Problemáticas e limitações no desenvolvimento investigativo na política educativa
2. Debates Epistemológicos em Política Educativa
3. Epistemologias para a análise e a investigação em Políticas Educativa
4. História do campo da Política Educativa
5. Investigação analítica de autores referentes em epistemologia, política educativa e realidade na América Latina.

Assim, dividimos a discussão em duas partes neste livro, a primeira refere-se às *Perspectivas Epistemológicas para a análise de políticas educativas* de onde Maria de Lourdes Pinto de Almeida e Sidney Reinaldo da Silva abrem a discussão em um capítulo onde os autores destacaram a forma como o autor se reapropriou do marxismo como “filosofia da práxis”. Trata-se, de certo modo, de analisar a pesquisa das políticas educacionais não meramente como ciência, mas como aquilo que Tello (2011) apontou como enfoque, método e reflexão sistemática, de modo que a epistemologia assuma uma “connotación social, política y cultural del conocimiento y la investigación” (2011 p. 30).

No capítulo II escrito por Gisele Masson se apresenta algumas contribuições para o desenvolvimento de investigações em políticas educativas, a partir da perspectiva marxista. Primeiramente, se apresentam algumas considerações iniciais sobre o campo de investigação e a importância da explicitação, por parte do investigador, da perspectiva teórica que será utilizada na análise. Posteriormente, se destaca aspectos centrais da elaboração marxiana sobre a problemática do conhecimento. Por último, se apresentam algumas questões gerais sobre a investigação em política educativa a partir da teoria marxista.

No capítulo III desta primeira parte Xavier Bonal, Antoni Verger e Aina Tarabini analisam o pensamento de Roger Dale em

termos epistemológicos, os autores exploram os fundamentos epistemológicos da obra de Roger Dale como autor de referência no âmbito da política educativa. O capítulo se estrutura em questões que se correspondem com reações do autor que vão ao encontro de orientações teóricas dominantes no cenário da sociologia da educação e os estudos de educação comparada. A primeira parte identifica a inclusão da dimensão política no estudo das relações entre educação e sociedade. A segunda aborda sua visão das consequências teóricas da globalização sobre a análise rotulada de troca educativa e sua discussão alternativa sobre o institucionalismo sociológico da Stanford School. Finalmente, a terceira parte se centra na crítica de Dale sobre o imobilismo metodológico das ciências da educação na área das políticas educativas, passivas ante as profundas transformações do papel do Estado e as próprias funções da educação no contexto da globalização. O capítulo se encerra com umas reflexões acerca da plausibilidade e potencialidade das teses de Dale tanto para o estudo como para a intervenção no âmbito da política educativa.

Finalmente, no último capítulo da primeira parte, o capítulo IV, os autores Nicolás Isola e Mariano Amar se propõem a descrever as apropriações intelectuais que a teoria de Pierre Bourdieu tem tido no campo acadêmico da educação na Argentina entre os anos 1971 e 1989. Para isto, em primeira instância realizam um repasso sobre a teoria do campo (científico) deste sociólogo francês, para logo dar conta, através de diversos textos daquele tempo, que matizes se plasmaram nos microcosmos educativos argentino. Ao finalizar, a análise os autores utilizam (explícita e implícita) a teoria Bourdieuana em uma investigação fundante na estruturação de uma política pública.

Na segunda parte do livro denominada *Perspectiva epistemometodológicas para a análise de políticas educativas*, temos o capítulo V escrito pelos autores Jefferson Mainardes e Luís Armando Gandin onde discutem as principais características

da abordagem do ciclo de políticas enquanto um enfoque epistemológico, a utilização dessa abordagem no Brasil, as potencialidades da referida abordagem para a pesquisa sobre políticas educacionais e alguns questionamentos que têm sido feitos a esta abordagem.

No capítulo VI os autores César Tello e Jorge Gorostiaga descrevem as principais características do enfoque da cartografia social para o estudo e análise das políticas educativas. Uma das questões centrais da cartografia social é que esta permite visualizar – e eventualmente integrar – diferentes perspectivas que conceitualizam o fenômeno, e como estas interagem ou se inter-relacionam. A cartografia social como enfoque tem sua importância na análise das políticas educativas na busca das implicações da multiplicidade de discursos ou perspectivas discursivas, assim como sua interpelação, constituindo como uma ferramenta de análise sumamente valiosa que pode ser combinada com outros métodos e técnicas para o estudo crítico de diversos problemas educativos.

No capítulo VII os autores Renata Giovine e Juan Suásnabar levantam o seguinte questionamento: É possível realocar os textos legais como analisadores de políticas educativas em um enfoque que não se subtraia seu caráter político? A primeira parte recupera os aportes do neoinstitucionalismo da pesquisa político-educativa desde a década de 1980 na Argentina. E a segunda explicita as principais contribuições epistemológicas e metodológicas de pesquisadores passadas e em curso dos autores, nas que confluem principalmente das grandes correntes: de análise política do discurso da Escola de Essex e a perspectiva analítica de governo de Michel Foucault. Propõe-se uma análise política que enfatize o caráter relacional, histórico, plural, heterogêneo e conflitivo do processo de elaboração e definição da legislação que regula e direciona – e a cada vez limita – aos sistemas educativos.

Fechando a discussão temos um posfácio elaborado por César Tello e Maria de Lourdes Pinto de Almeida que discute os estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional em uma análise para além do mercadorização do conhecimento.

Em cada fase da construção da história latino-americana, há avanços e superações, mas há também a manutenção da desigualdade social, explícita ou implícita, justificada e legalizada por diferentes meios, a qual machuca e fere aqueles que estão submissos e não possuem meios de denunciá-la, ou mesmo denunciando, ninguém houve, pois os poderosos serão sempre poderosos.

É a partir desse desafio que ela mostra o problema metodológico como uma questão de hegemonia. Ao ler o seu texto, nos lembramos imediatamente de Gramsci, para quem a História torna-se a perspectiva mais abrangente para se compreender e agir sobre a sociedade. Negar a nossa capacidade para compreender a partir de uma perspectiva significa negar que setores da Mídia, que organizações como o G-7, o Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional possam atuar como “intelectuais orgânicos” e controlar os rumos da economia e das sociedades mundiais.

Esse desejo de fragmentar a capacidade humana de conhecer e agir torna-se nebuloso especialmente numa época em que os meios de comunicação, de inspeção e de ação se ampliaram de tal forma que mesmo a guerra, talvez a atividade mais imprevisível e incerta na qual a humanidade tem se empenhado, pode ser controlada de longe, e muito longe dos campos de combate. Mesmo a atividade terrorista pode ser rigorosamente (cientificamente) mapeada, rastreada pelos agentes do imperialismo americano. Perante essa ocorrência, a guerra e o terrorismo, o controle do sistema econômico mundial não apresenta maiores dificuldades para ser conhecido em sua

totalidade e controlado por medidas tomadas em conjunto pelos grupos que formam a elite capitalista mundial. Logicamente nunca se pode controlar tudo, pois a realidade humana quer numa perspectiva micro ou macro social sempre nos foge, pois os horizontes do conhecimento e da ação são movediços. Contudo, quem tem acesso à ciência em uma perspectiva discutida na política de educação, tende a malograr menos quando atua sobre a realidade histórica. Assim, a pesquisa científica e a prática política tornam-se indissociáveis, uma atividade afeta e é afetada pela outra. Isso tem um efeito imediato na concepção de previsibilidade na investigação histórica.

Referências

- BLUMER, Herbert (1954). "What is wrong with social theory?" *American Sociological Review* n.º 19.
- BOURDIEU, Pierre (2000). *Los usos sociales de la ciencia*. Buenos Aires: Ediciones
- BOWEN (2006). "Grounded theory and sensitizing concepts." *International Journal of Qualitative Methods*, vol. 5, n.º 3.
- GLASER, Barney e STRAUSS, Anselm (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Nova York: Aldine publishing.
- LANDER, Edgardo (comp.) (2000). *La colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO.
- MOLES, Abraham (1996). *As ciências do impreciso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OROZCO, Guillermo (2005). "Construcción del objeto de investigación." *Revista de Educación y Desarrollo*, vol. 7.

- SABINO, Carlos (1996). *El proceso de investigación*. Buenos Aires: Lumen Humanitas.
- SIRVENT, María Teresa (1999). “Problemática actual de la investigación educativa.” *Revista del Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación*, vol. 8 n.º 14, pp. 64-75. Buenos Aires: IICE.
- SIRE, James (2004). *The Universe Next Door: A Basic Worldview Catalogue*. Downers Grove, IL: InterVarsity Press
- TELLO, César (2011). *Las epistemologías de la política educativa: notas históricas y epistemológicas sobre el campo*. Buenos Aires. (Mimeo)
- _____. (2012). “Las epistemologías de la política educativa: vigilância y posicionamiento epistemológico del investigar em política educativa.” *Práxis Educativa*, vol. 7, n.º 1. Ponta Grossa.
- TELLO, César e MAINARDES, Jefferson (2012). “La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y pos- estructuralista.” *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, vol. 20, n.º 9. Disponível em: <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/988>.
- VITAR, Ana (2006). *Políticas de educación. Razones de una pasión*. Buenos Aires: Miño y Dávila
- WAINERMAN, Catalina e SAUTU, Ruth (comps.) (2001). *Acerca de la formación de investigadores en ciencias sociales*. Buenos Aires: Lumiere.
- ZEMELMMAN, Hugo (1992). *Los horizontes de la razón I: Dialéctica y apropiación del presente*. Barcelona: Anthropos/El Colegio de México.